



LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº517/2012, DE 24 DE JANEIRO DE 2012.

24 01 2012

“Dispõe sobre o sistema de incentivos fiscais no Município de Conceição do Jacuípe a Projetos Habitacionais Populares, vinculados ao Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida” e dá outras providências”.

A Prefeita do Município de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia, Excelentíssima Senhora, **TÂNIA MARLI RIBEIRO YOSHIDA**, em obediência ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, discutiu e aprovou, sendo sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção fiscal de impostos municipais aos empreendedores diretos dos projetos habitacionais voltados ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, instituído pelo Governo Federal, através da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos seguintes termos:

I - Para empreendimentos, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, que tenham como beneficiários pessoas com renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos e no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR :

a) isenção total do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, das prestações de serviços de execução por administração ou empreitada de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, vinculadas ao programa;

b) dispensa total do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidente sobre os imóveis onde se realizarão os empreendimentos, durante o período de execução das obras vinculadas ao programa;



Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuipe



c) isenção total do Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI incidente sobre a aquisição da área utilizada para a construção das habitações integrantes do programa.

II - Para empreendimentos, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, que tenham como beneficiários pessoas com renda familiar mensal de entre 03 (três) e 06 (seis) salários mínimos:

a) isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, das prestações de serviços de execução por administração ou empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, vinculadas ao programa;

b) dispensa total do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidente sobre os imóveis onde se realizarão os empreendimentos, durante o período de execução das obras vinculadas ao programa;

c) isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI incidente sobre a aquisição da área utilizada para a construção das habitações integrantes do programa.

Parágrafo único. Os empreendedores que aderirem ao Programa “Minha Casa, Minha Vida” para usufruírem dos benefícios deverão apresentar previamente seus projetos aos órgãos municipais responsáveis pela política urbanista, de meio ambiente e de obras municipais.

Art. 2º - Os beneficiários do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida” terão direito a incentivos fiscais nas seguintes formas:



I - Famílias com renda de até três salários mínimos: isenção de ITBI para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possua nenhum outro imóvel urbano no Município de Conceição do Jacuípe;

II - Famílias com renda de entre três e seis salários mínimos: isenção parcial de 80% (oitenta por cento) de ITBI para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possua nenhum outro imóvel urbano no Município de Conceição do Jacuípe;

III - Famílias com renda de seis a dez salários mínimos: isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do ITBI para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possua nenhum outro imóvel urbano no Município de Conceição do Jacuípe;

Parágrafo único. Os benefícios deste artigo não se aplicam aos casos de retransmissão.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Conceição do Jacuípe, em 24 de janeiro de 2012.

TÂNIA MARLI RIBEIRO YOSHIDA
PREFEITA MUNICIPAL